

Mudam regras de depoimento

Os governadores e o presidente do Senado, Humberto Lucena deverão contar com condições especiais para depor. De acordo com o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), a CPI fixará a data para seus depoimentos, de que não abrirá mão, mas negociará o local e o horário para ouvi-los. "Os governadores", explicou, "podem ser ouvidos em seus próprios palácios por uma diligência de parlamentares". Nesse caso, os depoimentos não precisarão ser públicos.

Da mesma forma, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), poderá depor por escrito, "se for o caso", como revelou o senador Jarbas Passarinho. A decisão, aí, dependerá da vontade de Lucena e de entendimentos com a CPI. A ordem dos depoimentos dependerá das subcomissões consideradas prioritárias, as de patrimônio e de bancos.

Nem todos os convocados reagiram mal à decisão. O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, avisou através de seu secretário de Comunicação, Welington Moraes, que respeita o fórum da CPI e que está tranquilo, "porque não tem absolutamente nada a temer".

Não houve unanimidade, entre os participantes da reunião, a respeito do **arrastão** de depoimentos. Colocaram-se a favor dele os deputados Aloizio Mercadante, Sigmaringa Seixas e o senador Paulo Bisol (PSB-RS). Já os senadores Jonas Pinheiro (PTB-AP) e Pedro Teixeira (PP-DF) opuseram-se. Os demais participantes da reunião — senadores Jarbas Passarinho, Ney Maranhão (PRN-PE) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e deputados Benito Gama (PFL-BA), Roberto Magalhães (PFL-PE) e Odacir Klein (PMDB-RS) — procuraram uma solução mediana, estabelecendo-se então que seriam convocados os que apareciam concomitantemente em duas listas, a de José Carlos Alves dos Santos e a da Odebrecht, excluindo-se os demais.